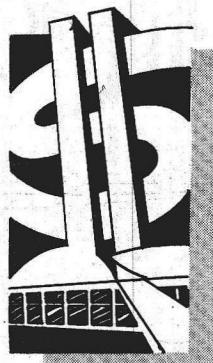


Investigações prosseguem após CPI

O relatório final da CPI do Orçamento pedirá a continuidade das investigações sobre parlamentares que não puderem ser cassados por falta de provas. O anúncio foi feito



ontem pelo relator da comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que negou a possibilidade de sugerir uma pena mais branda do que a cassação, a suspensão do mandato por 30 dias, para alguns deputados e senadores. As investigações, após o fim da CPI, seriam conduzidas pelas Corregedorias de cada Casa Legislativa.

Na subcomissão de Patrimônio, por exemplo, dos 48 parlamentares investigados, 20 não apresentaram ligação com a máfia do Orçamento. A Subcomissão descobriu, entretanto, indícios de irregularidades praticadas pelos parlamentares que não foram investigados, por falta de tempo. De posse do relatório, o Ministério Público poderá também abrir inquéritos contra os parlamentares. "Existem várias hipóteses, que estamos discutindo com os coordenadores", informou o relator.

Pernambucanos — A possibilidade de aplicação de uma pena mais branda para alguns parlamentares investigados provocou um mal-estar entre os membros da CPI. Vários parlamentares, principalmente Aloízio Mercadante (PT-SP) e Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), coordenador da Subcomissão de Emendas condenaram a proposta. Os parlamentares que se opõem à tese da suspensão do mandato argumentam que há como fazer uma graduação entre as irregularidades cometidas. Há o receio, na CPI, de que os parlamentares que têm inclusão certa na lista dos cassados iniciem um jogo de pressões, entrando no rol da pena mais branda.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) disse que a graduação das penas é um "princípio do Direito". Os Regimentos da Câmara e do Senado estabelecem, nos casos de quebra de decoro, além da cassação, a

CARLOS MOURA



Magalhães, com as pastas da CPI: Congresso investigará mais

suspensão e a advertência. Passarinho afirmou não ter conversado com Magalhães sobre o assunto. A continuidade das investigações poderá ocorrer em situações de parlamentares que praticaram a sonegação fiscal. A CPI não quer deixar na opinião pública, a sensação de que estes ilícitos são menores, não merecendo a punição de seus autores.

Embora o relator da CPI não admita a possibilidade da pena mais branda, o deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), relator do caso dos pernambucanos, disse ontem que poderá propor a suspensão do mandato para alguns do grupo que investiga. Rollemberg é o responsável pelos casos dos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Sérgio Guerra (PSB-SP), José Carlos Vasconcellos (PRN) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB). Ele não explicou

que critérios utilizará para propor a pena mais branda (ver página 8).

Ataque — Fiúza partiu para o ataque ontem ao ver seu nome na lista dos que perderão o mandato. "Não há nem uma acusação contra mim. Há uma perseguição ideológica de elementos da esquerda. Um louco, o senador Suplicy (Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo) e um imbecil, o Bisol (José Paulo Bisol, PSB do Rio Grande do Sul)", reagiu, respondendo a pergunta de um correspondente estrangeiro. "É um direito de opinião que ele tem", comentou Bisol, momentos depois.

Uma comissão de técnicos do Prodasen concluiu que Fiúza alterou o Orçamento de 1992, depois de o projeto ter sido aprovado pelo Congresso. Entre as emendas incluídas, estão três do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE).